


Convergências e divergências na memória social do antigo Israel: lamentações de luto e festas solenes

Convergences and divergencies in the social memory of ancient Israel: mourning lamentations and solemn festivals

 <https://doi.org/10.23925/ua.v26i41.e60777>

Raimundo Alves Martins¹

Resumo

Os conceitos relativos ao que se julgam, na contemporaneidade, como sendo as definições do termo memória, são muitos e bem heterogêneos. Este artigo inicia-se, no primeiro capítulo, focando os conceitos de memória, considerando-a como um fenômeno histórico, sociocultural e religioso. Tais definições foram articulados por três importantes teóricos (LE GOFF, 1990; CHAUÍ, 2000; HALBWACHS, 1990) das áreas das ciências humanas e sociais. No segundo e no terceiro capítulo pretendemos apresentar, por meio de um estudo bibliográfico e de perícopes bíblicas, a notável disparidade que havia entre dois importantes memoriais israelitas, na época do Antigo Testamento: as lamentações de luto e as festas solenes. Por séculos, esses antigos memoriais se mantiveram ocupando importante espaço entre outros memoriais, e atuaram como fatores de construção e de preservação das identidades cultural e religiosa dos israelitas. Contudo, cada um deles possuía suas peculiaridades ritualísticas e simbólicas, suas características próprias e visavam a propósitos diferentes. No entanto, apesar de terem diferenças significativas, as lamentações de luto e as festas solenes possuíam pontos de convergências entre si. Por fim, propomos contribuir para que seja estendido o interesse da sociedade atual pelos assuntos aqui abordados e, conseqüentemente, ela possa alcançar uma melhor compreensão desses e de outros elementos memoriais presentes na cultura e na religiosidade dos israelitas que viveram na época do Antigo Testamento.

Palavras-chave: Memória; Memória cultural; Lamentações; Festas Solenes.

¹ Mestrando em Ciências da Religião PUC-GO. Especialista em Teologia Sistemática e Aconselhamento Pastoral (FASSEB). Graduado em História (UEG). Bolsista da CAPES.  0000-0001-9128-5766, r.vencedor@gmail.com

Abstract

The concepts related to what is judged, in contemporary times, as being the definitions of the term memory, are many and quite heterogeneous. This article begins, in the first chapter, focusing on the concepts of memory, considering it as a historical, sociocultural, and religious phenomenon. Such concepts were articulated by three important theorists (LE GOFF, 1990; CHAUI, 2000; HALBWACHS, 1990) from the areas of human and social sciences. In the second and third chapters, we intend to present, through a bibliographical study and biblical pericopes, the remarkable disparity that existed between two important Israeli memorials, at the time of the Old Testament: the lamentations of mourning and the solemn feasts. For centuries, these ancient memorials occupied an important space among other memorials and acted as factors in the construction and preservation of the cultural and religious identity of the Israelites. However, each of them had its ritualistic and symbolic peculiarities, its own characteristics and aimed at different purposes. However, despite having significant differences, mourning lamentations and solemn feasts had points of confluence and approximation to each other. Finally, we propose to contribute to extending the interest of today's society in the issues addressed here and, consequently, it can achieve a better understanding of these, and other memorial elements present in the culture and religiosity of the Israelites who lived in the Old Testament era.

Keywords: Memory; Cultural memory; Lamentations; Solemn Feasts.

Introdução

Tanto as civilizações do passado quanto as do tempo presente, têm desenvolvido relevantes elementos característicos de sua própria cultura que se tornaram imprescindíveis e fundamentais na construção e na formação da história-memória de um povo ou de toda uma civilização. Esses elementos (sociais, culturais e religiosos) têm sido, ao longo de anos, alvos de pesquisas e debates por parte de importantes estudiosos; os quais têm feito valiosas abordagens, produzido confiáveis informações e formulado excelentes argumentos científicos.

É a memória que garante e reconhece a existência da história de uma sociedade, de um povo, de um grupo social ou de um indivíduo. Afinal, nem um deles está desprovido completamente de memória social ou cultural, seja num sentido mais restrito ou mais ampliado. Aquilo que está gravado na memória histórica e social de um determinado grupo facilita, portanto, para a transmissão — por meio da linguagem ou da tradição — e para uma melhor compreensão dos seus elementos culturais e religiosos. Além disso, a memória, conceituada como um fenômeno social, ampara a continuidade de determinados ritos e símbolos, dando-lhes diversas significações, sejam as mais complexas ou aquelas que são menos elaboradas.

Nas culturas antigas, o sagrado, por exemplo, é um dos atributos que se apresentava com mais intensidade. Segundo afirma o pesquisador Valmor da Silva (2004, p. 90), “a experiência do sagrado se caracteriza pela complexidade e totalidade”. Um exemplo disso podemos observar quando estudamos os elementos da memória cultural dos povos antigos, especificamente do antigo Israel. Neles, há um importante simbolismo cultural e religioso, sobretudo. Nas lamentações de luto e nas festas solenes israelitas, por exemplo, a memória histórico-social, tanto a individual quanto a coletiva, incendiava os participantes das cerimônias a reviverem as lembranças de acontecimentos peculiares ocorridos em um passado no qual esses acontecimentos possuíam múltiplos sentidos religiosos. Seja nos ritos fúnebres ou nas festividades solenes, o sagrado se manifestava nas diversas formas elementares dos mitos, dos ritos e das crenças.

Como fonte de pesquisa para a nossa análise sobre os temas aqui propostos usaremos, além de referências bibliográficas, as perícopes extraídas da Bíblia de Jerusalém, nova edição, revista e ampliada - 16ª impressão: junho de 2021.

1 Memória - conceitualizações e concepções

O conceito de memória tem recebido abundantes e relevantes definições por parte de importantes estudiosos de diferentes campos acadêmicos². Assim, conceituar a palavra memória no campo das ciências humanas e sociais é algo crucial para se efetuar o estudo da humanidade e, posteriormente, adquirir uma melhor compreensão dos diversos componentes e dos principais acontecimentos e transformações socioculturais-religiosas ocorridos no decorrer do tempo.

Antes de apresentarmos, sinteticamente, outras duas relevantes perspectivas conceituais de memória, segundo alegam algumas importantes fontes teóricas, torna-se plausível, a princípio, trazeremos a categorização e alguns fragmentos, extraídos do universo conceitual sobre memória coletiva (por meio da escrita) e memória individual, elaboradas pelo renomado historiador Jacques Le Goff (1990). O referido autor, baseado em diversos argumentos³, classifica a memória da seguinte forma: 1) memória psíquica, 2) memória oral; 3) memória histórica; 4) memória social; 5) memória afetiva; 6) memória étnica; 7) memória artificial; e 8) memória funerária.

Em seu importante livro, intitulado de "História e Memória"⁴, Le Goff afirmou categoricamente que o estudo sobre a memória não deve ser peculiar a um só ramo da ciência. Ele defende a ideia de que a memória humana deve ser analisada, compreendida e conceituada por outras ciências, tais como a Psicologia, Neurofisiologia, Biologia e Psiquiatria (1990, p. 366).

2 Este artigo trata sobre o tema "memória" como um fenômeno sociocultural-religioso. Não são analisados os fatores ou conceitos biológicos, nem fatores fisiológicos relativos à memória humana.

3 Para uma melhor compreensão dos argumentos defendidos por Le Goff sugerimos a leitura de sua brilhante obra "História e Memória".

4 A publicação original do livro é 1988, nele há uma coleção de vários ensaios escritos por Le Goff, entre os anos de 1972 e 1982.

Teoricamente, para Le Goff (1990, p. 423), a memória, no sentido de lembrança ou recordação, possui uma função psicológica. Em vista disso, ele ressaltava que “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas [...]”. Ainda, segundo a compreensão de Le Goff, no tocante a acontecimentos históricos a memória humana tem a capacidade de armazenar informações passadas e suas múltiplas representações (1990, p. 366).

No referido livro acima citado, após analisar a obra do antropólogo Leroi-Gourhan⁵, Le Goff (1990, p. 369) informa que com a passagem ou transmissão da prática da oralidade para o uso da escrita aconteceram profundas transformações no ambiente da memória coletiva. Progressivamente, um dos resultados alcançado, segundo informa o autor, é que a memória teve, portanto, o seu processo histórico constitutivo fragmentado em cinco etapas, conforme demonstrado a seguir: 1) da transmissão oral; 2) da transmissão escrita com tábuas ou índices; 3) das fichas simples; 4) da mecanografia; 5) da seriação eletrônica.

Para além do multiforme e complexo processo de transmissão memorial da oralidade para a escrita houve uma suma importância dada à linguagem textual. Nesse sentido, Le Goff cita os textos de uma pesquisa feita por Henri Atlan. Nela, o referido pesquisador havia feito uma importante aproximação entre “linguagens e memórias”:

A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para estar interposta quer nos outros quer nas bibliotecas. Isto significa que, antes de ser falada ou escrita, existe uma certa linguagem sob a forma de armazenamento de informações na nossa memória (LE GOFF, 1990, p. 367).

Em nossa tentativa de definirmos o que seja “memória”, agora, noutra referência teórica citamos alguns fragmentos conceituais elaborados pela pesquisadora Marilena Chai (2000). A autora expõe suas concepções conceituais de memória a partir de

5 André Leroi-Gourhan foi um renomado pesquisador francês, com formação em arqueologia, paleontologia e antropologia. Le Goff usou em sua obra os textos do livro *Le geste et la parole*. Paris: Albin Michel, 1964-65.

quando se procurou analisar as evocações que os indivíduos fazem sobre acontecimentos registrados no passado. Segundo a análise da autora, a memória “é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total” (2000, p. 158).

Noutra conceituação, Chauí (2000, p. 161) afirma que “a memória é uma atualização do passado ou a presentificação do passado e é também registro do presente para que permaneça como lembrança”. Esses dois sentidos conceituais supracitados nos levam a uma rasa compreensão de que, com certo sentido subjetivo, esse é o tipo de memória que cada ser humano possui naturalmente desde quando ele percebe o mundo à sua volta. Dito noutras palavras, é aquele tipo de memória que pode ser diminuída ou completamente perdida, devido às diversas alterações ou modificações psíquicas ou clínicas, decorridas ao longo da vida de cada indivíduo.

Logo, cada indivíduo que, naturalmente, se encontre em sã consciência, ao se imaginar em um determinado tempo já vivido por ele, ou seja, “aquele tempo que se foi”, e assim, conseqüentemente, se encontrando “numa dimensão pessoal e introspectiva”, prontamente, então, a sua memória o transcende ao universo das relações sociais-afetivas passadas. Sobre isso, diz Marilena Chauí que:

Graças à memória, somos capazes de lembrar e recordar. As lembranças podem ser trazidas ao presente tanto espontaneamente, quanto por um trabalho deliberado de nossa consciência. Lembramos espontaneamente quando, por exemplo, diante de uma situação presente nos vem à lembrança alguma situação passada. Recordamos quando fazemos o esforço para lembrar (CHAUI, 2000, p. 164).

Isso significa, em outras palavras, que a nossa memória quando é acionada por determinadas lembranças, gravadas em nossa mente, levam-no, sem dúvida, a revivermos diferentes situações, tanto as que consideramos terem sido boas quanto aquelas que julgamos terem sido horrendas. Lembranças que nos fazem ainda recordarmos dos intrínsecos acontecimentos positivos e dos acontecimentos negativos, que nos atingiram ao longo da vida.

Da mesma forma acontece em relação às nossas memórias fúnebres. Rememorações referentes àquelas pessoas que julgamos terem sido muito importantes em nossas vidas, mas, que, infelizmente, já não mais se encontram entre nós. Mesmo com a ausência física daqueles que já morreram, contudo, há uma multiplicidade de situações, momentos e vivências registrados em nossas mentes e que permanecerão para sempre em nossas memórias. Isso evidencia, portanto, que a autora acima mencionada estava certa em afirmar que “a memória é, pois, inseparável do sentimento do tempo ou da percepção/experiência do tempo como algo que escoar ou passa” (CHAUI, 2000, p. 159). Por fim, convém ainda ressaltar que em sua brilhante análise conceitual, Marilena Chaui (2000, p. 163) apresenta seis notáveis tipos de memória: 1) a memória perceptiva ou reconhecimento; 2) a memória-hábito; 3) a memória-fluxo-de-duração-pessoal; 4) a memória social ou histórica; 5) a memória biológica da espécie; e 6) a memória artificial das máquinas.

Noutra vertente do pensamento contemporâneo sobre a compreensão de memória, agora, no entanto, a partir do campo sociológico, Maurice Halbwachs (1990), apresenta-nos um relevante conceito de memória social. Algo como sendo uma impressão particular e individual numa estrutura social de memória. Nessa estrutura, segundo afirma o autor, cada indivíduo que esteja mentalmente apto, possui plena capacidade de distinguir elementos próprios de suas lembranças referentes à sua vivência passada.

Na verdade, trata-se da recordação ou de uma releitura da sociedade da qual faça parte. Desse modo, se o indivíduo se encontra inserido em um determinado grupo social, logo, ele está também integrado a uma memória individual e a uma memória coletiva, pois, nas palavras de Halbwachs (1990, p. 55) “a memória coletiva [...] envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas”.

Ainda, no entendimento de Maurice Halbwachs, a memória coletiva possui uma grande significância e uma relevante contribuição dentro do processo de rememoração. Conforme diz o autor, “uma ou mais pessoas juntando suas lembranças conseguem descrever com muita exatidão fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas [...]” (1990, p. 31). Ou seja, por meio das lembranças, quer seja individual ou coletiva, o indivíduo retorna ao tempo passado, tanto o seu próprio quanto ao passado do grupo ou, até mesmo, de sua sociedade. Por conseguinte, ele redescobre, dentre outras coisas, sua

identidade e seus valores, e ainda, reavalia as modificações pessoais e sociais ocorridas ao longo do tempo.

Diante de alguns fragmentos conceituais e das discussões até aqui apresentadas sobre memória, é justificável afirmarmos que todas as posições abordadas e defendidas pelos teóricos aqui mencionados são, portanto, iluminadoras para a nossa compreensão sobre o tema. Além disso, percebe-se que há alternâncias conceituais que ora se convergem ora se divergem em determinado ponto. Isso acontece tendo em vista que a memória, como objeto de estudo, não é um assunto consolidado, pois encontra sempre espaço aberto para novas perspectivas de interpretações e, além do que, a temática não é exclusiva a um só campo de estudo.

2 Aspectos memorativos nas lamentações de luto no antigo Israel

Naturalmente, umas de várias razões importantes ao estudo da memória está no fato de que ela possui, de modo descritivo, caráter significativo. A memória, como fenômeno social, constitui a manutenção e contribui para a preservação das tradições e de suas significações, e com isso, garante a continuidade de elementos identitários de indivíduos e sua comunidade. Cada sociedade e cada grupo social — étnico ou religioso — possuem suas próprias características e seus peculiares modos de vida.

As experiências vividas por antepassados de uma determinada sociedade, ou mesmo de membros de um determinado grupo, ficam, portanto, armazenadas no universo memorativo de cada sociedade ou de cada grupo, e com isso, os seus elementos identitários ganham possibilidades e probabilidades de serem revividos e retransmitidos. São esses elementos memoriais que carregam uma abundante proporção de afetividade, de unidade e de inúmeros sentidos denotativos que são despertados no mundo das lembranças e das imagens individuais ou coletivas.

Dessa maneira, portanto, vale citar as palavras de Ecléa Bosi⁶, quando afirmou que “a lembrança é a sobrevivência do passado” (1979, p.15). Dito de outra forma, o passado, embora não mais se materialize, perdura por meio dos seus elementos memorativos, e por isso, os fatos de uma temporalidade passada podem ser recontados e, assim, perpetuados. À vista disso, faz-se conveniente citarmos as palavras de Henri Bergson⁷ (2006, p. 47), afirmando que “na verdade, o passado se conserva por si mesmo, automaticamente. Inteiro, sem dúvida, ele nos segue a todo instante”.

A memória, seja ela individual ou coletiva, está diretamente ligada, dentre várias coisas, aos acontecimentos e fenômenos históricos, socioculturais e religiosos do passado. Está ainda conectada a fenômenos, detalhes e registros que são considerados bons ou aos considerados repulsivos. No universo fúnebre, por exemplo, a memória assume o papel de lembranças, que se encontram implícitas nas recordações dos acontecimentos e nos rituais fúnebres, vividos, esses, no âmbito pós-morte de alguém com que se tenha tido uma certa afinidade e uma profunda consideração; e ainda, alguém que se tenha um grau de parentesco ou qualquer outro vínculo, seja social ou religioso. As lembranças fúnebres ocorrem, mesmo naqueles casos em que um certo indivíduo que se põe a memorizar, nunca tenha tido, de fato, um contato próximo e pessoal (social ou familiar) ou até afetivo com alguém que já tenha falecido.

No entanto, determinados sentidos que, porventura, um indivíduo encontra para relembrar os momentos fúnebres se justificam, igualmente, devido as representações e ao compartilhamento de algo que a pessoa falecida tenha deixado como legado. Algo que permanece armazenado mentalmente e que, além disso, é considerado muito comovente e especial para aqueles que os relembrem, causando-lhes até mesmo alguns confrontos com seus dilemas existenciais. Esse raciocínio se aproxima, subjetivamente, daquilo que

6 Ecléa Bosi (São Paulo, São Paulo, 1936 - Idem, 2017). Foi Psicóloga, escritora e professora. ECLÉA BOSI.

In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2023. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa19824/ecléa-bosi>. Acesso em: 10 de outubro de 2023. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7.

7 Filósofo francês, Henri Bergson nasceu em Paris, a 18 de outubro de 1859 e morreu na mesma cidade a 4 de janeiro de 1941. Enciclopédia Mirador Internacional. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/biografias/henri-bergon.htm>. Acesso em: 10 out. 2023.

notificou Marilena Chauí (2000, p. 162) quando disse que “guardamos na memória aquilo que possui maior significação ou maior impacto em nossas vidas”.

Algo patente aos olhos e perceptível à mente da maioria dos seres humanos, o momento em que a morte chega para uma pessoa, independentemente de como isso aconteça, gera experiências dolorosas, difíceis de serem lidadas, incompreendidas e quase impossíveis de serem superadas por aqueles que perdem um ente querido. As reações de espanto e, posteriormente, as lamentações de luto são inevitáveis. Assim sendo, no curso da vida humana, elas se tornam “uma verdade que não pode mudar” (TERRIN, 2004, p. 5). Nesse sentido, a hermenêutica bíblica nos mostra que para aqueles que encontram a morte — ou por ela são encontrados — ela se torna algo aterrorizante (Sl. 55,4); mostra ainda que os seus laços estão sempre abertos e seus caminhos são sempre largos e convidativos (Pv. 14,12); e que as suas sombras são pavorosas e tenebrosas (Jó 24,17).

A memória fúnebre sempre apresenta, paradoxalmente, num mesmo mundo cognitivo, algumas disparidades peculiares, porém, indissociáveis. A principal, sem dúvida, está relacionada a dois opostos sociais: a vida e a morte. Ou seja, dois períodos que até certa data eram separados, contudo, em determinado momento se juntam em um mesmo tempo e espaço memorativo. No primeiro, no âmbito de uma materialidade, a memória busca por acontecimentos, palavras, atitudes, momentos inesquecíveis etc. Enfim, elementos e imagens-reais de alguém que “naquele determinado período de tempo” ainda existiam, mas, que, em um determinado momento posterior, as imagens-reais se tornaram apenas em imagens-lembranças. No segundo, agora no âmbito transcendente, a memória fúnebre, em contrapartida, se fecha e se prende a elementos exclusivos de um universo formado apenas de imagens-lembranças. A partir de então, aparecem apenas as recordações oriundas do luto, da perda, da “separação e da ruptura” (TERRIN, 2004, p. 385), que passa a ser eterna.

Nas diversas citações encontradas na Bíblia Hebraica, relativas às concepções e às aplicações do termo memória, nota-se que, de modo geral, deve ser considerado como e em qual sentido o termo era usado por determinado escritor. Deve ser analisado também as diferentes circunstâncias, épocas e lugares citados dentro do processo histórico. Além disso, é possível detectar, mediante análises de alguns textos que, às vezes, o uso e a

aplicação do termo relaciona-se certos componentes cognitivos, acontecimentos e fatos sociais ou religiosos, sendo esses locais ou nacionais. Dentre a pluralidade de ideias, uma das aplicações bíblicas — a mais importante, talvez — da palavra memória tinha concepções e significados histórico-teológicos. Um dos intuitos principais para isso era, sem dúvida, o de fazer com que os israelitas não esquecessem que o nome de lahweh deveria ser sempre lembrado e reverenciado por todas as gerações (Ex. 20,24).

Todavia, noutras concepções veterotestamentárias, o significado do termo memória pode ser assim interpretado como: 1) memorial de um evento importante (Gn. 31, 41-53; Js. 4,7); 2) lembrança de pecados cometidos (Nm. 5,15; 1 Rs. 17,18); 3) memória parental (os laços familiares) na qual era lembrado um determinado antepassado e sua genealogia (1 Cr. 1,34); 4) recordação diante de lahweh dos atos de piedade pessoal (2 Rs. 20,3); e 5) referência a um determinado indivíduo (Sl. 34,17; 112,6).

Além disso, outros textos veterotestamentários implicavam aos israelitas a obrigação de terem sempre em suas memórias — o termo memória, nesse caso, refere-se à consciência pessoal — os mandamentos, os estatutos e as ordenanças dadas por lahweh (Sl. 19) que eram alusivas, por exemplo, aos direitos humanos, à vida familiar e às responsabilidades no exercício de funções de lideranças (ELLISEN, 2007, p. 72).

Na época do antigo Israel, sobretudo dentro de um contexto cultural-religioso, tradicionalmente a memória funerária ocupava espaço especial e continha importantes significados dentro das tradições e das práticas ritualísticas hebreias. Era nos ritos fúnebres, e por meio deles, que uma parte da história-memória dos israelitas era contada; e, assim, após isso, eram lembrados os grandes personagens que foram importantes entre as gerações dos seus antepassados. Nessa conjunção, vale a pena mencionarmos as palavras de John Bright, dizendo que “embora não possamos reconstruir os acontecimentos em seus detalhes, podemos estar certos de que a tradição se fundamenta na memória de acontecimentos históricos” (BRIGHT, 1978, p. 164).

No entanto, os processos de memorações fúnebres não se limitavam ao tempo cronológico, em relação à morte de alguém, para que pudessem ser praticados pelos israelitas. Coletivamente, as muitas lembranças referentes às características, aos feitos e aos traços individuais das pessoas falecidas, eram expostas e lembradas no tempo e no

ambiente dos principais rituais fúnebres (LASOR, 1999, p. 579). Desse modo, fazia-se então, ritualisticamente, profundas lamentações por parentes, por líderes religiosos ou políticos e, até mesmo, por alguns heróis de guerra (TOGNINI, 2009, p. 228). Por muitas vezes, os lamentos fúnebres exteriorizavam expressões individuais de angústia e de grande desespero, como, por exemplo, foi o lamento do rei Davi ao saber da morte do seu filho Absalão. Davi bradou em alta voz o seu lamento fúnebre, dizendo: “Meu filho Absalão! Absalão meu filho! meu filho!” (2 Sm. 19,5).

Foram durante os processos de memorações fúnebres que surgiram os cânticos e as lamentações fúnebres israelitas. Tais cânticos tornaram-se presentes em muitos textos bíblicos de diferentes épocas do Antigo Testamento. Nesse sentido, Flávio Josefo (2004, p. 1244) menciona que os “cânticos fúnebres eram entoados nas homenagens aos mortos”. Por exemplo, na perícopes do segundo livro de Crônicas, capítulo 35 e versículo 25, narra que o profeta “Jeremias compôs uma lamentação sobre Josias, que todos os cantores e cantoras recitam ainda hoje em suas lamentações sobre Josias; isso tornou-se um costume em Israel, e esses cânticos se acham nas Lamentações”.

Para o arqueólogo Roland De Vaux (2003, p. 84), no antigo Israel “a lamentação pelo morto era a principal cerimônia fúnebre”. De Vaux ainda nos apresenta uma síntese das exclamações e das lamentações de dor, expressadas pela perda de um ente querido:

Gritava-se: “Ai, ail”, Am. 5.16, “Ai, meu irmão!” ou “Ai, minha irmã!”, I Rs. 13.30, e se se tratava de uma personagem da realeza: “Ai senhor! Ai, majestade!”, Jr. 22.18; 34.5. O pai chamava seu filho pelo mune, II Sm. 19.1.5. Pela morte de um filho único, a lamentação era mais dilacerante, Jr. 6.26; Am. 8.10; Zc. 12.10. Esses gritos eram dados pelos homens e mulheres em grupos separados, Zc. 12.11-14; era obrigação dos parentes próximos, Gn. 23.2; 50.10; II Sm. 11.26, aos quais se uniam os assistentes, I Sm. 25.1; 28.3; II Sm. 1.11-12; 3.31, etc., em que “ficar de luto” significa “lamentar”. Essas exclamações de dor podiam transformar-se em uma lamentação, a *ffilHih*, composta em um ritmo especial, II Sm. 1.17; Am. 8.10. A mais antiga e a mais bela foi a que Davi cantou por ocasião da morte de Saul e de Jônatas, II Sm. 1.19-27. Compôs também outra para Abner, II Sm. 3.33,34 (DE VAUX, 2003, p. 85).

Nesses termos, é oportuno observar, portanto, que os exemplos até aqui mencionados evidenciam a valorização que os israelitas davam aos elementos memorativos, no universo dos ritos fúnebres. Dentro de um simbolismo socioreligioso, as considerações significativas estabelecidas nas inúmeras lamentações de luto, sobreviviam, portanto, como memórias individuais e coletivas, modeladoras de um importante legado a ser mantido e transmitido de uma geração para outra. Além disso, ao lembrarem os seus antepassados, por meios dos elementos memorativos fúnebres, havia, para muitos israelitas, a possibilidade de, gradativamente, aceitarem a realidade plena e irreversível da perda e da finitude. Dessa forma, são apropriadas as palavras de Halbwachs (1990, p. 74), dizendo que “é depois da morte de alguém que a atenção dos seus se fixa com maior força sobre sua pessoa”.

3 As festas solenes e suas significações memorativas no antigo Israel

Os antigos israelitas receberam de Iahweh as ordens e as devidas instruções para que, ao longo de cada ano, pudessem realizar diversas festividades solenes. As festas, assim como outros atos coletivos, eram atos tradicionais e imprescindíveis na continuidade da vida religiosa, social e cultural. As principais festas solenes eram: festa da Páscoa (*pesach*), festa da Colheita ou Pentecostes (*sh`ebu`ah*) e a festa dos Tabernáculos (*skenopegia*). Quanto à duração cronológica e à importância religiosa de cada uma delas, as festas solenes no antigo Israel “em geral eram ocasião de um dia ou mais de duração em que os israelitas suspendiam seus trabalhos a fim de reunir-se jubilosamente com o Senhor”(HOFF, 2007, p. 209).

3.1 A Festa da Páscoa e as significações memorativas

Quando tiverdes entrado na terra que lahweh vos dará, como ele disse, observareis este rito. Quando vossos filhos vos perguntarem: 'Que rito é este?', respondereis: 'É o sacrifício da Páscoa para lahweh que passou adiante das casas dos filhos de Israel no Egito, quando feriu os egípcios, mas livrou as nossas casas (Ex. 12,25-28).

A Festa da Páscoa, realizada pelos hebreus durante o período do Antigo Testamento, tinha como objetivo mais importante fazer com que os israelitas não esquecessem “o livramento da servidão e morte no Egito e o fato de o Senhor tê-los adquirido como seus primogênitos” (ELLISEN, 2007, p. 54). Era a primeira festa do antigo calendário bíblico (Ex. 12.11,27,43,48), celebrada no mês de *Abib* (março ou abril)⁸ e deveria ser festejada por todas as gerações, pois lahweh havia determinado a sua realização como um “decreto perpétuo” (Ex. 12,14). Ao contrário das lamentações fúnebres, que levavam à consciência de cada israelita as recordações e os sentimentos de amargura e desgosto, a festa da Páscoa, no entanto, levava o povo a reviver as boas recordações de um grande acontecimento registrado na história dos israelitas. De certo modo, na celebração da Páscoa, eles reviviam por meio dos mitos, dos símbolos e dos rituais a história do seu povo. “A memória de um povo se apoia na história vivida e não na história aprendida (HALBWACHS, 1990, p. 60).

O historiador judeu Flávio Josefo descreve assim o ritual de celebração da Páscoa, praticado na época em que viveram os antigos israelitas:

No mês de xântico, a que chamaram *nisã* e com o qual começa o ano, no décimo quarto dia da lua, quando o Sol está na linha de Áries, que é o tempo em que os nossos pais saíram do Egito e do cativeiro juntamente, a Lei nos obriga a renovar o sacrifício que então fizeram e ao qual se dá o nome de Páscoa. E celebramos essa festa segundo as nossas tribos, sem nada reservar para o dia seguinte das coisas sacrificadas, que é o décimo quinto dia do mês e o primeiro da festa dos

8 O antigo Israel usava o calendário lunissolar, ou seja, um sistema baseado no Sol e na Lua (ELLISEN, 2007).

Asmos, que se segue imediatamente à da Páscoa e dura sete dias, durante os quais não se come outro pão a não ser desse, sem fermento, e matam-se cada dia dois touros, um carneiro e sete cordeiros, que são oferecidos em holocausto, aos quais se acrescenta, pelos pecados, um cabrito, do qual os sacerdotes se alimentam (JOSEFO, 2004, p. 138).

Na verdade, a alusão memorativa que se fazia durante a celebração da Páscoa (*Pessach*) aferia-se em uma memória coletiva que deveria lembrar, conscientemente, um período passado, repleto de tormentos e de privações. Noutras palavras, embora a celebração da Páscoa acontecesse numa atmosfera comemorativa e festiva, todos os participantes deveriam reviver memorialmente, em profundos sentimentos ambivalentes, uma época que fora vivida miseravelmente pelos seus antepassados, escravizados em sua pátria. Os memoriais ali revividos durante o cerimonial da Páscoa não diziam de si mesmos, mas, diziam dos seus ancestrais. Assim, após internalizarem os fatos passados exteriorizavam os sentimentos resultantes das “lembranças reconstruídas”. Como afirma Halbwachs (1990, p. 71), “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado [...] preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores [...]”. Ao reviverem, simbolicamente, e reconstruírem os fragmentos e os antigos elementos, resgatavam muitos valores, que acabavam também se tornando inestimáveis para a sociedade presente.

À medida que era praticada a festa da Páscoa israelita, ela tinha ao seu favor, dentre outras coisas, uma total aceitação coletiva, e por isso, com o passar dos anos não encontrou resistência para se transformar em um elemento importante na memória coletiva nacional. Na realidade, a festa da Páscoa era também uma parte significativa e relevante da história-memória dos hebreus. Nela havia ainda outros significados que davam sentidos e valorizavam as suas tradições e as suas crenças religiosas — “os sentidos são descobertos, não podem ser inventados” (MARTINS FILHO, 2019, p. 32).

Profundas experiências eram compartilhadas quando, no decorrer da celebração da Páscoa, vivenciavam memorialmente as partes sociorreligiosas que desde o princípio eram determinadas e orientadas na Lei Mosaica. Walton (2018, p.109) ressalta que a tradição e os costumes religiosos israelitas especificavam as “leis da Páscoa”. Desse modo, o ritual

da Páscoa servia, socialmente, como uma coesão, pela qual as famílias se reagrupavam, reintegravam, renovavam as alianças parentais e reforçavam as bases que constituíam os elementos familiares permanentes.

Sobre os cruciais elementos simbólicos e memorativos da festa da Páscoa, realizada no Antigo Testamento, Willian L. Coleman (1991, p. 264) defende que ela se tornou para os israelitas “o principal marco de sua libertação e da proteção divina”. Sobre isso, Moisés já havia ordenado aos próprios hebreus contemporâneos seus, que eles haviam ganhado da parte de lahweh o direito à uma valiosa redenção, e só após isso eles puderam alcançar a almejada liberdade da escravidão: “[...] para que te lembres do dia em que saíste da terra do Egito, todos os dias da tua vida” (Dt. 16,3). No universo de uma memória libertadora, eles nunca deveriam esquecer que quando ainda eram escravos, “os egípcios obrigavam os filhos de Israel ao trabalho, e tornavam-lhes amarga a vida com duros trabalhos [...] vários trabalhos nos campos, e toda espécie de trabalhos aos quais os obrigavam” (Ex. 1, 13-14).

Averiguamos que a cerimônia da Páscoa, na época do Antigo Testamento, não era apenas uma cerimônia formalista, mas, tinha desde a sua origem, as funções memorial e simbólica de liberdade como sendo a mais importante. Nela, tanto a memória individual, vinculada aos detalhes, quanto a memória coletiva, presente na unidade do grupo familiar, faziam-se representadas e atuantes - simbolizavam uma “reconstrução generativa” (LE GOFF, 1990, p. 371). Ao se propor escrever sobre a festa da Páscoa, na tradição judaica, Willian Lasor (1999, p. 76) indica que, com o passar do tempo, “a Páscoa tornou-se festa familiar, celebrando o fato de Deus ter resgatado seu povo da escravidão”. Contudo, mesmo tendo se passados séculos desde a sua institucionalização, é fato que a cerimônia e toda a ritualização continuam representando elementos importantes dentro do universo memorativo entre as tradições israelitas (Ez. 14,21; 2 Cr. 35,1-18; Ed. 6,19-22).

3.2 A festa da Colheita e suas significações memorativas

Guardarás a festa da Messe, das primícias dos teus trabalhos de sementeira nos campos, e a festa da Colheita, no fim do ano, quando recolheres dos campos o fruto dos teus trabalhos. Guardarás a festa das Semanas: as primícias da colheita do trigo e a festa da colheita na passagem de ano (Ex. 3,16;34,22).

A festa das Semanas (*qatsir*) durava apenas um dia. Era também designada de Pentecoste, festa da Colheita (Ex. 23,16) ou dos Primeiros Frutos (WALTON, 2018, p. 130).

A festa da Colheita realizada no outono, no fim da estação dos frutos, chamada festa das Tendões (Dt. 16,13; Lv. 23,34), porque nela se utilizavam cabanas de folhagem, como as que se levantava nas plantações no momento da colheita (BÍBLIA DE JERUSALÉM. 2021, p. 135).

Para muitos teóricos, a festa da Colheita (Tendas, Cabanas) era a mais popular entre os israelitas. A festa “era celebrada quando os frutos eram colhidos, um pouco antes ou um pouco depois do início do ano” (DE VAUX, 2003, p. 534). Era a época quando os israelitas iniciavam a colheita do trigo e da cevada; a época das primícias, ou seja, dos primeiros frutos. Esse era um período aguardado por muitos israelitas porque era um tempo em que se expressava júbilo e que trazia esperança de muita prosperidade.

Religiosamente, a intencionalidade cerimonial principal da festa da Colheita era para que o povo, especificamente os agricultores e demais moradores locais, demonstrassem gratidão pelos frutos e pelos cereais colhidos. Assim, reuniam-se, cerimonialmente, no pátio do tabernáculo — do Templo, a partir do reinado de Salomão (século IX a.C.) — posteriormente à colheita e, conforme as instruções Mosaicas (Ex. 23,16-19) apresentavam a lahweh dois pães levedados e feitos com o trigo recém-colhido, demonstrando gratidão e reconhecimento coletivo por ter lahweh lhes proporcionado boas colheitas. Gaarder afirma que:

Isso é feito em memória das tendas onde os judeus moraram durante sua peregrinação no deserto e do cuidado que Deus dedicou a eles. Mas essa festa é também uma alegre ação de graças pela colheita. No último dia se conclui o ciclo anual da leitura da Torá, e um novo ciclo se inicia, recomeçando a leitura a partir do Gênesis (GAARDER, 2000, p. 164).

A principal significância memorativa na festa da Colheita (Cabanas) era lembrar os israelitas da bondade de lahweh, pois, durante o tempo do Êxodo, Ele “os protegeu no deserto os filhos de Israel, e os fez habitar em tendas ou barracas depois de terem deixado as terras egípcias” (BUCKLAND, 1999, p. 417). O próprio lahweh, ao instituir a festa das Cabanas, alertou para a necessidade de uma conscientização coletiva, a fim de que os israelitas se tornassem mais cientes que era Ele o abençoador de suas colheitas. Deveriam os israelitas manter em suas lembranças o cuidado e o amparo que receberam da parte de lahweh, no tempo que ainda eram nômades. lahweh lhes alertou: “para que os vossos descendentes saibam que eu fiz os filhos de Israel habitar em cabanas, quando os fiz sair da terra do Egito” (Lv. 23,43).

Embora não tenha sido essa a mesma geração que sofreu as intempéries durante as rotas geográficas nos desertos, havia uma ordem javista determinando que todas as gerações futuras deveriam, ritualisticamente, recordar as muitas dificuldades dos tempos em seus antepassados habitaram em tendas (Lv. 23,43; Os. 12,9). Com isso, ao memorizarem conscientemente os acontecimentos e os fatos tão importantes, historicamente e socialmente, eles estariam alavancando elementos fundantes para a própria experiência individual e coletiva; uma vez que, conforme afirma Marilena Chauí (2000, p. 164) “as recordações repetidas da mesma coisa produzem o efeito duma única experiência”.

Apesar do simbolismo presente e atuante na cerimônia e nos rituais da festa da Colheita (Cabanas ou Tendas), as narrativas orais dos acontecimentos originários faziam com que, de certa forma, os ouvintes esforçassem para que, em suas mentes, os acontecimentos se tornassem reais em suas consciências sociais e religiosas. A forte demonstração participativa da sociedade hebraica nas celebrações das festas solenes, permitia e ajudava para uma boa compreensão sobre a representatividade dos elementos e do teor religioso, cultural e social.

Desse modo, ao estarem atuantes nas solenidades festivas que tinham propósitos memorativos, cada israelita fazia, de certo modo, uma releitura dos elementos e das transformações ocorridas em sua própria sociedade (HAWBUACHS, 1990). Tal releitura transportava-os, imaginariamente, a períodos e situações tristes ou alegres que ocorreram no com os seus antepassados. Com isso, revivia-se, por exemplo, muitos momentos em que lahweh havia demonstrado atitudes de provisão e de proteção ao seu povo. Revivia-se ainda em suas lembranças tempos passados e acontecimentos que, mesmo com o passar dos anos, se mantinham entrelaçados e interligados em seus ritos e símbolos memorativos.

Considerações finais

Em nossas considerações finais apuramos, portanto, que os temas que aqui foram discorridos evidenciaram, as relevâncias cultural e social que eles possuem para o âmbito das pesquisas acadêmicas quando se voltam ao estudo de elementos memorativos das sociedades passadas, especificamente ao campo histórico-cultural da sociedade do antigo Israel.

Ao apresentar alguns conceitos fundamentais sobre o termo *memória*, sob a ótica de três renomados teóricos — Le Goff, Chauvi e Halbwachs —, defendemos que, no universo dos fenômenos sociais, os conceitos ganham abundantes facetas e oferecem um vasto campo — por sinal continua — para um alto potencial de novos sentidos e novas definições sobre o termo *memória*. Ou seja, nesse sentido, conclui-se, portanto, que não existe um único conceito central, mas, que haverá sempre novas possibilidades.

O artigo nos fez compreender também que, efetivamente, no mundo de vivências dos antigos israelitas, a presença de elementos memorativos identitários era muito comum e, além disso, possuía alto grau de influência sobre toda as camadas da sociedade. Era nos elementos memorativos, e por meio deles, que os israelitas se aproximavam de fatos importantes de sua história, e assim reviviam os rituais memorativos (coletivos ou individuais) de alegria durante as festas solenes, ou de tristeza quando se viam no exercício da memória fúnebre, revivida nas suas lamentações de luto.

Referências

- BERGSON, Henri. *Memória e vida*. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. 16. Impr. São Paulo: Paulus, 2021.
- BOSI, Ecléa. *Cultura de massa e cultura popular: leitura de operárias*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BRIGHT, John. *História de Israel*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1978.
- BUCKLAND, A. R. *Dicionário bíblico universal*. São Paulo: Editora Vida, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática: 2000.
- COLLEMAN, William L. *Manual dos tempos e costumes bíblicos*. Belo Horizonte: Editora Betânia, 1991.
- DE VAUX, Roland. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*. São Paulo. Editora Teológica, 2003.
- ELISEN, Stanley A. *Conheça melhor o Antigo Testamento*. São Paulo: Editora Vida, 2007.
- GAARDER, Jostein; HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry. *O livro das religiões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- HOFF, Paul. *O pentateuco*. São Paulo: Editora Vida, 2007.
- JOSEFO, Flávio. *História dos Hebreus: de Abraão à queda de Jerusalém*. Tradução de Vicente Pedroso. Rio de Janeiro: CPAD, 2004.
- LASOR, William. *Introdução ao Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1999.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MARTINS FILHO, J. R. F. Intencionalidade, sentido e autotranscendência: Viktor Frankl e a Fenomenologia. *Ekstasis: Revista de Hermenêutica e Fenomenologia*, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 21-37, dez. 2019. ISSN 2316-4786. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/Ekstasis/article/view/38992>. Acesso em: 12 nov. 2022.

SILVA, Valmor da. Bíblias e livros sagrados. In: SILVA, Valmor da (org.). *Ensino religioso: educação centrada na vida – subsídio para a formação de professores*. São Paulo: Paulus, 2004. p.87-101.

TERRIN, Aldo N. *Antropologia e horizontes do sagrado: cultura e religiões*. Trad. Euclides Luiz Calloni. São Paulo: Paulus, 2004.

TOGNINI, Enéas. *Geografia da Terra Santa e das terras bíblicas*. São Paulo: Hagmos, 2009.

WALTON, John H. *Comentário histórico-cultural da Bíblia: Antigo Testamento*. Trad. Noemi Valéria Altoé da Silva. São Paulo: Vida Nova, 2018.

Submetido em 03/02/2023

Aprovado em 05/09/2023